

LIDO EM SESSÃO

EM:

1º SECRETÁRIO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

PROJETO DE LEI Nº. 024/2025.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VERBAS INDENIZATÓRIAS, DESTINADAS AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS, E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – ACE, DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, PARA AQUISIÇÃO DE BLOQUEADORES SOLAR CORPORAL E LABIAL, FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - E.P.I E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Alagoinhas, Estado da Bahia, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei

em sessão de Constituição, Justiça e Redação Final

Em: 15 / 04 / 2025

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituída a verba de natureza indenizatória, denominada Auxílio Bloqueador Solar, destinado exclusivamente aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combates às Endemias – ACE, do Município de Alagoinhas/BA.

§ 1º. O auxílio bloqueador terá como finalidade custear a aquisição de bloqueadores solar corporal e labial.

§ 2º. O benefício a que se refere o caput deste artigo será pago anualmente aos ACE e ACS que estiverem no efetivo exercício das suas funções em campo.

§ 3º. Caso o ACE e ACS façam uso de bloqueador solar especial devidamente comprovado por recomendação médica, o Município poderá completar o valor ou fornecer o insumo recomendado, mediante requerimento escrito do servidor, acompanhado de todos os documentos comprobatórios da especificidade.

§ 4º. O pagamento do Auxílio Bloqueador será efetivado no mês de maio de cada ano, com base em cotação do período.

Art. 2º - Fica criada a verba de natureza indenizatória, denominada Auxílio Fardamento e E.P.I., destinados exclusivamente aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE desse Município.

§ 1º. O Auxílio Fardamento e E.P.I será pago com recursos do Incentivo Adicional das Políticas Afetas, advindos do Ministério da Saúde, nos termos que dispõe as Portarias nº 1.024/GM/MS, de 21 de julho de 2015 e Portaria nº 1.025/GM/MS, de 21 de julho de 2015.

§ 2º. O Auxílio Fardamento e E.P.I será pago anualmente, em maio de cada ano.

§ 3º. O Auxílio Fardamento e E.P.I será concedido aos ACE e ACS, destinando-se exclusivamente a aquisição dos seguintes itens:



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

- I – Um par de calçados, sendo tênis para os ACS e botas ou sapatos de segurança para os ACE;
- II – Duas calças;
- III – Duas camisas com tecidos com fator de proteção solar;
- IV – Um chapéu de aba larga;
- V – Duas camisas gola polo, manga curta e;
- VI – Uma bolsa em lona nº 10.

§ 4º. Se o Auxílio Fardamento e E.P.I ora instituído não for utilizado pelo servidor para os fins devidos, fica o Município desobrigado do pagamento em pecúnia, responsabilizando-se pelo fornecimento anual e abertura de processo administrativo disciplinar.

§ 5º. Todos os itens previstos no § 2º do Caput, serão devidamente padronizados com as cores definidas pelo Município, o nome da Secretaria Municipal de Saúde e a estampa ou bordado do brasão oficial do Município.

§ 6º. Os fardamentos e Equipamentos de Proteção Individual – E.P.I específicos dos Agentes de Combates às Endemias, que trabalham com aplicação de inseticida, por meio de borrifadores, Ultrabaixo Volume-UBV ou outras campanhas de saúde pública, serão fornecidos pelo Município uma vez ao ano ou quando houver necessidade.

§ 7º. Os fardamentos e Equipamentos de Proteção Individual - E.P.I de responsabilidade dos servidores, deverão ser adquiridos em 90 (noventa) dias após o recebimento da verba indenizatória.

Art. 3º - As verbas indenizatórias objetos desta Lei têm caráter meramente indenizatório, não possuem natureza remuneratória, não se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos, não será configurado como rendimento tributável e nem constitui base de incidência de contribuição previdenciária.

Art. 4º - Os valores do Auxílio Bloqueador e do Auxílio Fardamento e E.P.I, serão reajustados uma vez ao ano, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial –IPCA-E, apurado no ano anterior.

Art. 5º Para efeito de comprovação do custeio para ambas as verbas indenizatórias preconizadas pela presente Lei, os servidores deverão apresentar a Secretaria Municipal de Saúde, as respectivas notas fiscais e/ou cupons fiscais, sob pena dos valores serem deduzidos dos vencimentos da folha subsequente ao esgotamento do prazo de compra estabelecida no art. 2º, § 6º.

Parágrafo Único – Quando houver saldo positivo do Auxílio Fardamento e E.P.I, fica o servidor autorizado fazer uso, para aquisição a mais, de qualquer um dos itens previstos no Art. 2º, § 3, I.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial e suplementação orçamentária, para atender as despesas decorrentes desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2025.


Francisco Thor de Ninha
Vereador autor.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 024/2025.

A presente propositura tem por objetivo criar o auxílio bloqueador solar, fardamento e de EPI, para os Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate a Endemias - ACE.

A identificação destes profissionais e sua segurança é algo imperativo e não se pode negligenciar, já que os mesmos são expostos a inúmeras situações, seja de exposição ao tempo, a produtos e substâncias tóxicas, bem como, a violência, além de garantir a comunidade maior segurança em relação a quem adentra as suas residências.

Esses profissionais são parte fundamental na engrenagem da Estratégia de Saúde da Família, pois estão diretamente ligados aos moradores de suas respectivas comunidades e levam a essas pessoas o conforto e o cuidado com suas vidas, dedicando parte da sua a cuidar do outro, diariamente.

Garantir as condições necessárias e efetivas para o desempenho das suas atividades é algo inadiável, e esse auxílio dará liberdade e autonomia aos agentes, que serão responsáveis diretos com a sua apresentação, cuidados com sua saúde e com parte dos seus instrumentos de trabalho.

Essa proposição vai contribuir na velocidade da aquisição desses materiais, haja vista que os processos de licitação para aquisição destes itens, na maioria das vezes, são morosos, além da qualidade do produto adquirido, que poderá ser melhor escolhido por quem fará uso deles, os agentes.

Esses auxílios diminuirão a responsabilidade da Secretaria de Saúde com a aquisição dos itens em questão, focando mais ainda nas questões de saúde coletiva e não deixando, assim, de garantir a qualidade de vida no trabalho a estes servidores.

Ante o exposto, considerando a importância destes profissionais no atendimento à saúde coletiva e individual da população de nossa cidade, conto com o apoio dos colegas Edis desta Casa Legislativa, para aprovação da presente propositura.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2025.


Francisco Thor de Ninha

Vereador autor.